AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO ESCOLAR

DEYSE DEMERVAL PEDROSO DOS SANTOS

RESUMO

O artigo aborda as relações étnicos raciais e de gênero na Educação Infantil, ressaltando o papel da escola como um ambiente que valoriza a diversidade e promove a formação para o respeito às diferenças. A escolha do tema surgiu da necessidade de refletir sobre práticas pedagógicas que contribuam para a construção de uma educação mais inclusiva e igualitária desde a infância. O estudo tem como foco compreender como as relações étnico-raciais e de gênero são vivenciadas na educação infantil e como essas interações afetam o desenvolvimento integral da criança, tanto no contexto escolar quanto familiar. Por meio de ações que promovam a valorização da diversidade, a criança aprende a reconhecer seu próprio valor, a respeitar os demais, a formar sua identidade e a compreender conceitos de justiça social, levando em consideração as experiências e particularidades de cada indivíduo. A pesquisa, de caráter qualitativo e fundamentada em revisão bibliográfica, baseia-se em como Gomes (2003, 2024), Munanga (1988), Senna (2008), Silva (2015,2003) e Tavares, Santos e Freitas (2016). O respeito à diversidade e à inclusão é essencial para o desenvolvimento harmonioso do indivíduo na sociedade, influenciando de maneira direta a construção do seu caráter cidadania e consciência crítica.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Diversidade. Relações Étnico-raciais. Gênero. Inclusão.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo abordar as relações étnico-raciais e de gênero na educação infantil, destacando a importância da escola como espaço de valorização da diversidade e de formação para o respeito às diferenças. A escolha do tema surgiu da necessidade de refletir sobre práticas pedagógicas que contribuam para a construção de uma educação mais inclusiva e igualitária desde a infância.

As questões relacionadas à etnia, raça e gênero impactam diretamente o crescimento da criança, já que ela se relaciona com colegas e professores nas atividades escolares. Essa convivência demonstra a importância de abordar esses temas na prática pedagógica, contribuindo para uma educação mais inclusiva. Por meio de ações que promovam a valorização da diversidade, a criança aprende a reconhecer seu próprio valor, a respeitar os demais, a formar sua identidade e a compreender conceitos de justiça social, levando em consideração as experiências e particularidades de cada indivíduo.

É relevante salientar que as relações étnico-raciais e de gênero são fatores cruciais no desenvolvimento da criança. Dessa forma, a partir da consideração de que os vínculos afetivos da criança se iniciam na família e, posteriormente, na escola, podemos perceber que discutir temas de diversidade e inclusão na educação infantil influencia diretamente na construção da autoestima das crianças e no respeito que elas desenvolvem pelos colegas. Sendo assim, a prática pedagógica, mais especificamente na relação adulto-criança, define como lidar com diferenças, estimular equidade e promover atitudes de respeito. Conforme destaca Gomes (2003), valorizar a diversidade é essencial para ajudar as pessoas a se tornarem cidadãos mais conscientes e capazes de pensar de forma crítica.

Este estudo tem como foco compreender como as relações étnico-raciais e de gênero são vivenciadas na educação infantil e como essas interações afetam o desenvolvimento integral da criança. A avaliação leva em conta tanto o contexto escolar quanto as vivências familiares, ressaltando a relevância de estratégias pedagógicas inclusivas que incentivem o respeito, celebrem a diversidade e contribuam para a formação de cidadãos conscientes.

As respostas potenciais para a questão de pesquisa, ou seja, as hipóteses, indicam que as relações étnico-raciais e de gênero desempenham um papel importante nesse

contexto, pois ajuda no desenvolvimento correto das habilidades das crianças. O ser humano, com sua complexidade biológica, possui a capacidade de raciocínio, mas precisa do aspecto emocional para se desenvolver de maneira harmoniosa na sociedade. Isso acontece porque as interações envolvendo questões de etnia, raça e gênero na infância se desenvolvem desde cedo e aparecem através das vivências sociais e culturais, afetando a maneira como se percebe o respeito, a justiça e a cidadania.

O objetivo geral deste estudo é entender de que maneira as relações étnico-raciais e de gênero na educação infantil, tanto no ambiente escolar quanto no familiar, impactam o desenvolvimento e aprendizado das crianças. Para atingir este objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: avaliar o progresso da criança considerando uma educação que prioriza a diversidade, entender as dinâmicas emocionais que se estabelecem entre crianças e adultos no contexto escolar e reconhecer como se dá uma aprendizagem significativa vinculada à inclusão, equidade e respeito às diferenças emocionais.

Este artigo enfatiza a importância de apoiar o desenvolvimento saudável das habilidades infantis, sublinhando o papel significativo das relações étnico-raciais e de gênero na formação da autoestima e identidade das crianças. O respeito à diversidade e à inclusão é essencial para o desenvolvimento harmonioso do indivíduo na sociedade, influenciando de maneira direta a construção do seu caráter cidadania e consciência crítica.

Neste estudo, foi adotada uma abordagem qualitativa, utilizando a técnica de pesquisa bibliográfica. A base teórica é composta por diversas contribuições de autores que exploram os temas de relações étnico-raciais, questões de gênero e formação docente para inclusão, tais como Gomes (2003, 2024), Munanga (1988), Senna (2008), Silva (2015,2003) e Tavares, Santos e Freitas (2016).

A educação desempenha um papel crucial na transformação social, permitindo o desenvolvimento regional, a atuação social e a crítica dos indivíduos. A educação deve abordar temas como o racismo, as relações étnico-raciais, o multiculturalismo e a cidadania. Sendo assim, é crucial que os professores estejam preparados e dispostos a aprimorar seus níveis de conhecimento para contribuir para a superação do racismo no ambiente escolar (CUNHA et al., 2021).

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

As escolhas humanas são influenciadas por valores, experiências e vivências pessoais, que desempenham papel fundamental na formação de nossas atitudes e decisões. Na escola, o professor vai além do simples ato de passar informações, assumindo também a tarefa de estimular o respeito, o diálogo e a apreciação das diferenças, ajudando a promover uma educação mais inclusiva e justa.

Por isso, é crucial que a formação dos educadores contemple uma ênfase na valorização da diversidade étnico-racial ao longo do processo de ensino e desenvolvimento das crianças.

Dessa forma, pode-se dizer que o desenvolvimento infantil envolve a linguagem, o espaço físico, a cultura e, principalmente, as pessoas ao seu redor. Isso demonstra que a criança extrai recursos do ambiente em que cresce e que esse ambiente também se transforma à medida que ela se desenvolve.

A instituição de ensino, enquanto ambiente social, deve proporcionar ocasiões para que as crianças convivam com a diversidade racial e cultural, valorizando as distintas origens e identidades que fazem parte de sua rotina diária.

Sendo assim, a valorização da diversidade tem um papel crucial na formação da identidade infantil, influenciando de maneira decisiva a percepção, a autoestima, o pensamento, a vontade e as ações das crianças. Dessa forma, é um elemento indispensável para o equilíbrio e a construção da personalidade. Ao reconhecer e valorizar as diferenças, o ambiente escolar promove o fortalecimento da autoestima das crianças e incentiva uma relação mais harmoniosa entre elas.

A aplicação da educação étnico-racial na primeira infância requer alterações substanciais na prática pedagógica, respaldadas por leis como a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, e pelas orientações do

Conselho Nacional de Educação, que direcionam a abordagem do tema étnico-racial e definem estratégias pedagógicas para a valorização da diversidade (BRASIL, 2003; 2004). Estas diretrizes têm como objetivo orientar os docentes na promoção da diversidade étnico-racial, reconhecendo a influência africana na constituição da sociedade brasileira e fomentando a consciência cultural, a formação de identidade e o respeito aos direitos de todos.

A Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003), que tornou obrigatória a inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, aliada às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), destaca a relevância de abordar as questões étnico-raciais já na educação infantil. Segundo autores como Gomes (2003) e Munanga (1999), estimular a valorização da diversidade racial no ambiente escolar ajuda na formação de crianças conscientes, aptas a respeitar as diferenças, fortalecer sua identidade e combater estereótipos e preconceitos desde os primeiros anos.

Ainda existem poucos estudos que conectem a educação infantil às questões étnico-raciais. Diante dessa situação, algumas das discussões aqui abordadas indicam que há muitos obstáculos por vir. Devemos destacar que cada um de nós tem a responsabilidade de criar recursos que proporcionem respaldo e suporte às crianças, especialmente no que diz respeito à compreensão de suas próprias identidades e raízes sociais e culturais. Assim, ao manter uma escuta cuidadosa e uma observação minuciosa de suas ações e comportamentos durante interações e relações, é possível promover intervenções mais humanas e profissionais, aplicáveis tanto nas atividades em sala de aula e na escola quanto em outros ambientes educativos.

A concepção de que as disparidades raciais, originadas, legitimadas, reconstruídas e/ou reforçadas na educação, desempenham um papel crucial na expansão dos preconceitos em diversas áreas das relações sociais. Esses fatos integram um conjunto de estudos, conforme aponta Ferreira (2020), que destaca especialmente o quanto a população negra permanece vulnerável às desvantagens, apesar do crescimento econômico e da maior escolarização no Brasil nas últimas décadas. Reforça-se novamente a necessidade de iniciar imediatamente os esforços no combate às discriminações e aos preconceitos, preferencialmente ainda na infância.

QUESTÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Desde os primeiros anos na educação infantil, meninos e meninas podem ter experiências diferentes, muitas vezes moldadas pelas expectativas sociais e culturais sobre comportamentos, habilidades e interesses. Quando pensamos na questão de gênero no ambiente escolar da educação infantil, é comum percebermos pequenas atitudes do dia a dia que refletem as concepções de sexo e gênero de educadores e educadoras. Muitas vezes, na maioria das situações, as turmas são separadas com base no sexo: meninos de um lado e meninas de outro. Os brinquedos também costumam seguir essa orientação, com alguns destinados apenas às meninas e outros exclusivamente aos meninos.

Estudos mostram que, apesar das distinções anatômicas entre meninos e meninas, muitas ações e competências consideradas típicas de cada sexo são influenciadas pelo ambiente social e cultural, e não unicamente pela biologia (Fausto-Sterling, 2000). Essa compreensão destaca a relevância do papel do educador na promoção da justiça e do reconhecimento das diversidades desde os primeiros anos de formação.

De acordo com o Art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Educação Infantil (EI) representa a etapa inicial da educação básica, tendo como objetivo promover o crescimento integral da criança até os seis anos de idade, abrangendo suas dimensões física, psicológica, intelectual e social (BRASIL, 1998). No art. 30 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional diz que a educação infantil deve ser disponibilizada em "I – creches ou instituições similares, destinadas a crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, voltadas para crianças de quatro a seis anos de idade". E no art. 31 desse documento diz que, "na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desen-

volvimento [...]" (BRASIL, 1998). Segundo Lopes (2022, p. 23), o ato de registrar consiste em escrever sobre as práticas pedagógicas, abrangendo o planejamento e a supervisão das atividades.

No cotidiano da escola, essas diferenças podem aparecer na maneira como as crianças são estimuladas a participar das atividades, a brincar, a expressar suas emoções ou a se relacionar com os colegas. Por isso, é fundamental que os professores fiquem atentos a essas dinâmicas, adotando práticas que ofereçam oportunidades iguais para todos e que incentivem a autonomia de cada criança.

Ao observar as atividades realizadas na rotina da educação infantil, percebe-se que muitas delas contribuem para reforçar os estereótipos de gênero, estabelecendo papéis que meninos e meninas devem desempenhar, limitando a forma como essas crianças podem se expressar e interagir com o mundo. Segundo Louro (2000),

currículos, normas, procedimentos pedagógicos, teorias, linguagem, materiais didáticos e processos de avaliação representam claramente lugares onde se manifestam diferenças relacionadas a gênero, sexualidade, etnia e classe [...]." (LOURO, 2000, p. 64).

Francisco (2010), ao analisar os planos de ensino na Educação Infantil, determinou que a criação de um plano eficiente depende da avaliação prévia dos estudantes, da definição dos conteúdos a serem abordados, do desenvolvimento de atividades alinhadas aos objetivos e da realização de avaliações contínuas. Segundo Pinazza (2018, p. 9), a documentação pedagógica representa uma maneira de pensar, estruturar e orientar as ações educativas, influenciando diretamente na promoção da igualdade de gênero no ambiente escolar.

Na educação infantil, as crianças dedicam boa parte do seu tempo a conviver com colegas em um ambiente social mais amplo do que o familiar, possibilitando o desenvolvimento de novas maneiras de se relacionar, assumir protagonismo e entender as diferenças (Faria & Finco, 2013). Essas vivências ressaltam a relevância de métodos de ensino que promovam a valorização da diversidade e estimulem o respeito entre as pessoas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) desempenha um papel fundamental em promover a igualdade e o reconhecimento das diferenças, orientando os professores a desenvolverem práticas pedagógicas que promovam a inclusão e diversidade. Diante desse quadro, as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes. Assim, a escola tem um papel essencial na formação de crianças conscientes, capazes de reconhecer e valorizar as diferenças de cada pessoa. Isso ajuda a construir relações mais justas e igualitárias.

Nesse contexto, é fundamental considerar a perspectiva de Louro (2002, p. 229), que sugere que o conceito de gênero é "relevante, útil e pertinente às questões educativas", questionando a ideia de uma natureza 'natural' para feminino e masculino. Para ela, o conceito representa um processo, uma ação e um investimento na construção de um sujeito 'de gênero'. A autora também destaca a importância de refletirmos sobre o papel da escola na formação dessas distinções entre os gêneros, pois, ao longo da história, a educação costuma estabelecer posições sociais específicas para meninas e meninos e muitas vezes não valoriza as diferenças existentes.

A separação entre os elementos biológicos e culturais no comportamento das mulheres tem sido um tema frequente nas discussões acadêmicas. O termo gênero passou a ser utilizado justamente para mostrar que as diferenças entre homens e mulheres vão além das características físicas ou biológicas, incluindo também atributos socialmente e culturalmente atribuídos a cada sexo (Louro, 2000). Dessa forma, sexo diz respeito às diferenças biológicas, enquanto gênero é uma construção social e histórica. As abordagens de gênero passaram a reconhecer a existência de uma variedade dentro dessa categoria, com várias identidades coexistindo em

uma mesma sociedade.
Além disso, é vital entender que as diferenças de gênero são formadas por elementos sociais e históricos, influenciando a forma como meninos e meninas se relacionam, aprendem e formam sua identidade. Essa perspectiva permite que a instituição educacional atue de maneira mais consciente na promoção da igualdade e na eliminação das disparidades de género (SCOTT, 2017).
Sendo o gênero uma categoria formada dentro de uma estrutura social, nada melhor que partir da compreensão dessa realidade para entender o que é gênero e a sua significação no âmbito local, uma vez que as sociedades são particulares em sua estruturação.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A INCLUSÃO

A formação constante dos professores é essencial para promover uma inclusão mais abrangente, garantindo condições adequadas de atendimento educacional que atendam às necessidades dos estudantes. Isso ocorre porque os docentes que atuam diretamente com a inclusão muitas vezes parecem não se sentir suficientemente preparados para lidar com as demandas de suas turmas.
Outro aspecto crucial a ser abordado é a preparação dos professores na área de educação especial, já que essa formação ainda é recente nos currículos de pedagogia, incluindo um componente específico que trate das questões relacionadas às deficiências. Enquanto essa disciplina está presente nas universidades, fora delas o panorama permanece mais incerto. Diversas redes de ensino oferecem cursos de formação continuada, porém nem sempre voltados à educação especial, como destaca Tavares (2016), que observa que, apesar de existirem iniciativas nesse sentido, há uma lacuna na oferta de uma formação de qualidade. Sem qualificação adequada, fica difícil para o professor promover efetivamente o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais.
Vygotsky (2003) já ressaltava que o crescimento dos indivíduos acontece através das interações sociais e culturais. Dessa forma, a intervenção pedagógica no processo de ensino pode ser entendida como uma prática social. Assim, embora inicialmente seja responsabilidade do professor mediar os conhecimentos acumulados ao longo da história e também aqueles presentes na aprendizagem, essa mediação representa uma oportunidade concreta de, ao final do percurso, o estudante adquirir a habilidade de reprocessar e reconstruir o conhecimento [...] (SILVA, 2015, p.81).

Mesmo sabendo da importância da intervenção pedagógica, muitas vezes os professores se veem sem saber como utilizar instrumentos adequados para que esses sujeitos possam se desenvolver. A formação adequada desses professores assegurará que os alunos com necessidades especiais tenham professores mais preparados e especializados, que consiga auxiliá-los. O sistema de ensino deve também assegurar, aos alunos com necessidades educacionais especiais, currículo, métodos, recursos e organização, específicos para atender às suas necessidades. Cabe também a reflexão de que a formação docente qualificada pode muito, mas não pode tudo. Há que se pensar em outros aspectos macro que configuram os sistemas de ensino e as condições de trabalho docente.
De acordo com Campelo (2023), a pesquisa evidencia a complexidade e a diversidade presente nas escolas públicas do Brasil, destacando a importância de uma formação docente sólida e ajustada às diferentes realidades. A variedade observada nas salas de aula abrange diferenças nos níveis de linguagem, condições socioeconômicas e culturais, além da inclusão de estudantes com deficiências. Esses aspectos não apenas enriquecem o ambiente educacional, mas também aumentam os obstáculos que os professores devem superar, exigindo deles uma adaptação constante para atender às diversas necessidades dos alunos.
A análise revela que, ao lidarem com essa diversidade, os professores devem desenvolver competências essenciais de pensamento crítico e reflexão. Isso significa que a formação dos educadores deve ir além da mera transmissão de conteúdos teóricos, incorporando atividades que os incentivem a analisar suas estratégias pedagógicas e adaptar

suas abordagens de ensino às diferentes necessidades dos alunos.

Adicionalmente, as políticas públicas e as leis, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), destacam a importância da formação contínua dos professores para assegurar práticas pedagógicas que promovam a inclusão. Essas diretrizes estabelecem que escolas e sistemas de ensino precisam fornecer apoio técnico e pedagógico, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas particularidades, tenham acesso a uma educação de excelência.

Sob a perspectiva acadêmica, Silva (2003) também destaca a importância da responsabilidade pedagógica dos professores, ressaltando que uma formação crítica e contínua é fundamental para atender às necessidades da inclusão escolar. De acordo com a autora, preparar o educador para lidar com a diversidade implica refletir sobre suas práticas pedagógicas, buscar atualização constante e dedicar-se à promoção da equidade no ambiente escolar.

Sendo assim, a Lei nº 10.639/2003 (BRASIL 2003), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996 (BRASIL, 1996), e o Parecer CNE/CP nº 03/2004 (BRASIL (2004) versam sobre os sujeitos afro-brasileiros, mas em uma perspectiva de diáspora africana. Para não nos esquecermos disso, é importante nos lembrarmos do texto de 2003 "Africanidades brasileiras: esclarecendo significados e definindo procedimentos pedagógicos", também escrito pela professora Petronilha, em que ela busca pensar o currículo visando encontrar na cultura brasileira elementos da África que são educativos, promovem pertencimento e reequilibram a produção de conhecimento hegemonicamente eurocêntrica. De certa forma, isso está ligado à origem da professora e aos sentidos que a Colônia Africana evoca (GOMES; LÁZARO, 2024).

Prosseguindo na conversa acerca da formação de professores e sua atuação inclusiva, é essencial considerar o papel do educador na promoção de uma educação antirracista, alinhada à Lei 10.639/03, demonstrando de que maneira a prática pedagógica pode favorecer a valorização da diversidade étnico-racial e auxiliar na construção de uma sociedade mais igualitária.

CONCLUSÃO

As ações realizadas ao longo da Educação Infantil são fundamentais para o desenvolvimento e crescimento da criança. É impossível discutir essa fase educacional sem considerar a importância da diversidade, assim como não se pode desconsiderar todo o contexto de introdução à aprendizagem que caracteriza esse período da vida. Acompanhar o desenvolvimento da criança requer atenção e uma avaliação teórica e reflexiva a respeito do seu contexto sociocultural, assim como das manifestações que surgem de sua forma de pensar. Valorizar sua singularidade e suas contínuas vitórias no processo de evolução se manifesta em todas as áreas. É fundamental que o educador estabeleça um ambiente que seja acolhedor, seguro e inclusivo para promover o aprendizado. Na educação infantil, o educador é considerado uma referência para as crianças, de forma semelhante ao que ocorre com os pais.

Dessa forma, as relações que se estabelecem tanto no contexto familiar quanto na escola influenciam o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança, surgindo a partir da interação com seu entorno. As relações afetivas na família se formam entre pais, filhos e outros parentes, enquanto na escola, elas ocorrem na interação entre professores e alunos. Conviver com as diversidades — seja ela relacionada à etnia, raça, gênero ou às condições físicas e intelectuais — favorece o desenvolvimento de valores como respeito, empatia e solidariedade.

A dedicação a uma educação que seja inclusiva e livre de discriminações torna-se essencial ao reconhecer o estudante como um agente ativo no processo de aprendizagem. Acredita-se em uma educação mais humana, que incorpore o respeito às diferenças e gere efeitos benéficos nas famílias, nas escolas e nos ambientes de aprendizado, permitindo a formação de novos saberes, a superação de obstáculos e conquistas impulsionadas pelo reconhecimento da diversidade. Métodos de ensino que valorizam aa diferenças demons-

tram um efeito significativo no crescimento saudável e na aprendizagem relevante das crianças, fazendo com que as conexões sociais e culturais entre escola e família sejam essenciais para o seu desenvolvimento integral.

Dessa forma, chega-se à conclusão de que a criança deve ser reconhecida como um ser humano integral, o que demanda dos educadores uma atitude ética, reflexiva e de cidadania diante dos desafios cotidianos na escola. A educação vai além do mero crescimento intelectual; é essencial que promova reflexões, estimule o pensamento crítico e reforce o respeito às diferenças, criando um ambiente de compartilhamento, consideração e desenvolvimento mútuo.

Sendo assim, é crucial que educadores, instituições de ensino e a sociedade em geral converse de forma conjunta, com o objetivo de criar um ambiente educacional que seja baseado no respeito às diferenças. Salienta-se que, somente com os esforços em conjunto, será possível alcançar a igualdade para além dos muros da escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação básica. Resolução CNE/CEB n. 1 de 21 de janeiro de 2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, [...]. Brasília: CNE/CEB, 2004. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_04.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escolaem-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF. 1998. v. 2: Introdução. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/pcns/educacao_infantil/volume2.PDF. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 03, de 22 de setembro de 2004. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 set. 2024. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf. Acesso em: 23 out. 2025.

CAMPELO, S. M. C. Desenvolvimento Docente e Inclusão social: Uma síntese do contexto histórico da formação docente no Brasil. Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, [S. l.], v. 5, p. 79–89, 2023.

FAUSTO-STERLING, Anne. Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality, New York: Basic Books, 2000.

FRANCISCO, Simone dos Santos Affonso. Análise de Planos de Ensino de Educação Infantil, à luz de uma literatura analítico-comportamental. 2010. 116 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível: https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/15969/1/Simone%20dos%20Santos%20Affonso%20F rancisco.

pdf. Acesso em: .9 out. 2025.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan/jun. 2003.

GOMES, Nilma Lino. Petronilha Beatriz e a construção de africanidades brasileiras. In: Gomes, Nilma Lino; Lázaro, André (org). Africanidades brasileiras: o legado de Petronilha Beatriz [livro eletrônico]. São Paulo: Fundação Santillana, 2024. ePub.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero: questões para a educação. In: BRUSCHINI, Maria Cristina A.; UNBEHAUM, Sandra G. Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Editora 34 e Fundação Carlos Chagas, 2002.

LOPES, Amanda Cristina Teagno. Educação Infantil e registro de práticas. Cortez Editora, 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade. Porto: Porto Editora, 2000.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

SANTOS, Ângela Maria. Vozes e silêncio do Cotidiano escolar: as relações raciais entre alunos negros e não-negros. Cuiabá: EdUFMT, 2007. (Coleção Educação e Relações Raciais, 4).

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721. Acesso em: 27 out. 2025.

SENNA, Luiz Antonio Gomes. Formação docente e educação inclusiva. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 133, p. 195-219, jan./abr. 2008. Disponível em: file:///C:/Users/mayar/Downloads/DialnetFormacaoDocenteEEducacaoInclusiva-6209025.pdf. Acesso em: 25 set. 2025.

SILVA, Ivanir Gomes da. Vygotsky, Defectologia e Processo Educativo. Pleiade, v.9, n. 17, p. 77-82, jan./jun. 2015. Disponível em: https://pleiade.uniamerica.br/index.php/pleiade/article/view/282/467. Acesso em: 7 out. 2025.

SILVA, P. B. G. e. Africanidades brasileiras: esclarecendo significados e definindo procedimentos pedagógicos. Revista do Professor, Porto Alegre, v. 19, n. 73, p. 26-30, jan./mar. 2003.

TAVARES, L. M. F. L.; SANTOS, L. M. M. DOS.; FREITAS, M. N. C. A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 22, n. 4, p. 527–542, out. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/NPXMqY7W5L7jRr6DwDCLZBw/?format=html&lang=pt. Acesso em: 23 out. 2025.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. Psicologia Pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2003.